

Por uma contraconduta acadêmica

a universidade e as ocupações urbanas autoconstruídas

Marcela Silviano Brandão Lopes¹

Introdução

Este artigo pretende discutir a relação entre as práticas cotidianas presentes nas ocupações urbanas autoconstruídas e o papel da academia em processos de intervenção espacial. No primeiro tópico será feita uma breve apresentação sobre o contexto político econômico atual, no qual a racionalidade neoliberal produz uma conduta sobre os homens, cujo foco é a competição e a acumulação. Diante da necessidade de se construir uma nova conduta, também serão discutidas neste tópico como e porque as práticas cotidianas presentes nas ocupações urbanas autoconstruídas podem apresentar pistas importantes para essa construção.

Para mapear tais práticas, é preciso uma atenção aos pressupostos metodológicos que balizam a ida da academia ao campo. A cartografia será apresentada no segundo tópico como uma possibilidade interessante, não apenas para visibilizar essas práticas, mas para positivá-las por meio, inclusive, de uma estratégia retórica de nomeação, e a partir disso se construir coletivamente as propostas de intervenção espacial pretendidas pelos envolvidos no processo.

¹ A autora agradece ao apoio dos nossos programas e projetos; ao CNPq, à PRPq da UFMG; à PROEX da UFMG.

Na sequência, outros deslocamentos serão elencados, sendo eles da ordem de um entendimento mais ampliado sobre as dinâmicas existentes na formação dos grupos sociais, das maneiras variadas para a construção do saber e do conhecimento, das formas de trabalho coletivo, como também do próprio papel da universidade.

Por fim, novas questões fecham esse artigo. Afinal, trata-se de um campo de investigação aberto e repleto de inquietações.

Condutas e contracondutas na produção do espaço

Para iniciar a discussão, é preciso situá-la no contexto do neoliberalismo atual, que, segundo Dardot e Laval (2016), para além de ser uma ideologia ou uma política econômica, trata-se de uma “racionalidade”, ou seja, de uma atividade de governo que organiza e estrutura a conduta dos homens, por meio de técnicas de dominação exercidas sobre os outros e de técnicas de si. Na racionalidade neoliberal o princípio universal dessa atividade é a concorrência. Esses mesmo teóricos afirmam que o “sujeito empresa” é figura central dessa racionalidade, tendo em vista que não se trata mais de um sujeito cujo desejo é simplesmente afetado pelo apelo do consumo e da competição, mas que agora é também produtor de um estar no mundo baseado na eficiência e na acumulação individual: “O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção de condutas”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 327). Para se contrapor à racionalidade neoliberal, Dardot e Laval apostam na construção de uma outra razão do mundo – uma “contraconduta”, cuja maneira de agir seja “indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 400).

Mas e se consideramos que não se trata de se construir algo novo, mas de potencializar condutas já em curso, que existem e resistem à revelia dos processos de sujeição neoliberal? Aí é pertinente retornar às *maneiras de fazer* das práticas cotidianas conceituadas por De Certeau (1994), como algo que escapa aos dispositivos de poder e controle identificados por Foucault, e cuja capacidade de subverter está no seu funcionamento silencioso e na sua atuação nas brechas do sistema hegemônico.

Trazendo essa reflexão para o contexto brasileiro, é possível identificar uma resistência cotidiana, potente e subversiva, em várias situações, seja na formação da nossa língua, um português com subversões africanas e indígenas, na comida e na

música, campos conhecidos pela mistura de sabores e ritmo, como também nas ocupações urbanas autoconstruídas, que configuram um movimento contra-hegemônico e de invenção potente pelo direito à cidade, e, como tal, atuam como resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais que não deram conta de romper com esse sistema de poder.

Atualmente, no Brasil, as ocupações de terrenos ociosos ou de prédios abandonadas nos centros urbanos, organizadas ou não por movimentos sociais de luta pela moradia, é um fenômeno forte. No município de Belo Horizonte, o processo das ocupações urbanas se iniciou a partir de uma “dissidência” do processo participativo para a habitação (OPHBH), desenvolvido sob a gestão do prefeito petista Patrus Ananias. Percebendo ser insuficiente a oferta em discussão, no ano de 1996, um grupo organizou a primeira ocupação, a Corumbiara.

A presença de técnicos não é condição para que as ocupações aconteçam, mas ela é vista pelos integrantes do grupo como positiva, e pode acontecer até mesmo antes das ocupações se efetivarem, como foi o caso das Ocupações Dandara (2009), Eliana Silva (2012), Paulo Freire (2015), Carolina de Jesus (2017), Pátria Livre (2017) e Vicentão (2018). Quando a escolha da área é planejada, costuma-se optar por glebas/lotês ou edifícios com problemas jurídicos, em uma intenção clara de expor uma mazela existente no seio do sistema fundiário urbano. Entretanto, há também aquelas situações que o movimento simplesmente acontece – no dizer de Frei Gilvander, militante da causa da moradia, “a pobreza chega antes” –, como foi na região da Izidora (2013), também nesse município.

Diante dessas conceituações, interessa-nos aqui investigar mecanismos possíveis para que as resistências (ou potências) sejam articulados a ponto de configurarem uma outra conduta, ou uma contraconduta, e elencar alguns deslocamentos para um outro papel da universidade em direção a essa transformação.

Como mapear outras condutas

Os pressupostos metodológicos da pesquisa-intervenção e da pesquisa cartográfica abrem uma possibilidade de construção desse outro papel para o pesquisador. A cartografia, tomada na acepção de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000) a partir do conceito de rizoma, pode ser entendida também como um método que visa a

apreensão do existente a partir da identificação de elementos territoriais, organizativos mas também das potências, das linhas de fuga e das erupções criativas. Para isso, é preciso uma implicação generosa do pesquisador, permeando e deixando-se permear pela realidade pesquisada.

Buscando sempre a articulação entre pesquisa, extensão e ensino, o método cartográfico aponta um caminho de atuação do arquiteto e urbanista em ocupações autoconstruídas, na medida em que propõe uma abordagem diferente daquela que se baseia exclusivamente na identificação dos problemas e das fragilidades e, por isso, faz tábula rasa com as soluções que já estão sendo engendradas pelos moradores na sua vivência cotidiana.

Assim, a partir de cartografias realizadas nas ocupações autoconstruídas em Belo Horizonte, foi possível identificar que as precariedades existentes estão presentes tanto na escala do território e da rua, quanto na escala da residência. Entretanto, simultaneamente a essas precariedades, e via de regra por causa dessas, surgem inventos, que podem ser identificados no uso compartilhado das ruas por carros, motos, bicicletas e pedestres, e em engenhosas soluções construtivas realizadas nas casas e nos espaços coletivos.

O mesmo pode ser dito sobre a prática de coleta de resíduos sólidos, tão comum nas ocupações autoconstruídas. Por exemplo, em relação ao tipo de material coletado, é comum encontrarmos portas janelas, pallets, madeirites, vasos sanitários, pedras de granito, divisórias entre outros resíduos, coletadas nas ruas e em caçambas. Muitos moradores têm sua casa inteiramente construída desses achados, que, muitas vezes, são destinados a um uso inusitado, por meio da ressignificação desses objetos para outros fins. Trata-se de outra maneira de projetar soluções frente à precariedade, mas que fazem emergir o criativo e novos saberes (LOPES; COELHO; GUINHO, 2019).

No que diz respeito às motivações dos moradores para essa coleta, há tanto intenção de uso imediato ou de guardar, seja para futuras doações, vendas ou trocas, sendo que, no último caso, pode ser por outro material ou por algum serviço de construção. Desse modo, configura-se nas ocupações autoconstruídas uma potente rede de trocas entre os moradores. Essa rede nos remete às reflexões feitas por Polanyi

(2000, p.67) sobre os princípios de comportamento das economias empíricas, a *reciprocidade* e a *redistribuição e a domesticidade*, baseadas na “ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas”, com garantia de ordem na produção e na distribuição.

Obviamente, não há aqui um interesse de se importar as soluções inventadas, mas sim de visibilizar e positivar seus pressupostos. Por isso, nomeá-las como “sustentáveis”, “tecnologias sociais” ou como uma modalidade da “economia solidária” pode ser uma estratégia retórica importante para a positivação e a afirmação de processos de subjetivação já em curso. De Certeau (1994), ao analisar o *fenômeno das sucatas*, afirma que não se transforma apenas o material da fábrica, mas também o tempo roubado por ela, realizando, assim, “golpes” no sistema estabelecido, desviando e retornando a ética, o prazer e a invenção no trabalho, taticamente.

Deslocamentos em direção a uma contraconduta acadêmica

Ao admitir o valor e a potência das outras condutas engendradas nas práticas cotidianas subversivas presentes nas ocupações autoconstruídas, o desafio para os pesquisadores que atuam processos de intervenção nesses territórios passa a ser o de repensar o seu papel. Se a ciência se ancora na lógica positivista para justificar seus fins, é possível dizer que algumas das intervenções ditas participativas estariam fazendo o mesmo, ainda que se valendo de preceitos “bem intencionados”.

Não é difícil perceber que quando há um forte vínculo ideológico há também o risco de uma postura missionária, o que pode acarretar uma predefinição da ação proposta. Essa percepção se aproxima do alerta feito por De Certeau, no que se refere à relação do pesquisador social com suas referências teóricas previamente escolhidas, que, muitas vezes, costumam se fixar em “estruturas objetivadas” (DE CERTEAU, 1994, p.117), apoiadas em regularidades recebidas das estatísticas, preservando os modelos previamente construídos. Segundo o autor, quando a teoria elimina as diferenças existentes entre as normas da sociologia e as singularidades etnológicas, em uma manobra forçada para encaixar as exceções à regra, ela impede mudanças importantes no entendimento de todo o sistema sociológico.

Portanto, há de se interrogar se, de fato, na formação política e social dos grupos,

o que se deve buscar é a “capacitação” e a “qualificação” dos “beneficiados”, que sob essa ótica, parecem saber tão pouco sobre o seu cotidiano, que precisariam de quem os ensinasse sobre as melhores formas de intervir e solucionar os seus problemas. Não seria mais uma questão de afetação recíproca, por parte dos envolvidos na ação, inclusive dos técnicos? Haveria uma primazia do saber discursivo em detrimento de um saber-fazer, de igual importância? Não seriam, todos, sujeitos-políticos de um encontro/agenciamento sempre inaugural? O juízo de valor não estaria apenas deslocado para outros paradigmas sem, contudo, destituir o juiz? (LOPES, 2015).

Da ideia de comunidade à ideia de coletivos

Em muitas atividades extensionistas universitárias, uma das primeiras questões com a qual os grupos se deparam é: onde está a comunidade? Ou, quem é a “comunidade” desses lugares? A ideia de que se vai encontrar grupos coesos, unidos por interesses comuns e com uma forte “identidade” se revela na maior parte das vezes um equívoco. Os interesses não são necessariamente coletivos e as identidades são várias e difusas.

Para responder a essas questões, a frase da líder de uma ocupação em Belo Horizonte pode ser uma chave: “eles ainda não são uma comunidade, mas vá alguém falar mal da Ocupação, aí eles se unem e o bicho pega”. Pode-se inferir que essa frase indica que a partir da crítica e do olhar desaprovador da vizinhança ou das autoridades, ou seja, a partir de um elemento externo, os moradores das ocupações podem se agregar em torno de uma causa e de um bem comum. Outros exemplos mostram que quando o problema em questão é resolvido, esse grupo deixa de funcionar como comunidade por algum tempo, sendo necessário outro problema ou demanda para a comunidade se configurar novamente. Para cada novo desencadeador, haverá uma nova mobilização e uma nova configuração do grupo.

Mas não apenas os problemas são catalizadores desse processo. Tanto as festas (juninas, natalinas, dia das crianças, etc), quanto as manifestações políticas fazem também esse papel. A presença de lideranças fortes nas ocupações pode contribuir muito para fomentar a mobilização dos moradores.

De toda maneira, podemos afirmar que os grupos de vizinhança não são comunidades *a priori*, esse é um processo em constante movimento e transformação. Vol-

tando à frase da líder da ocupação – eles ainda não são uma comunidade –, aprendemos que não o serão, pelo menos de maneira definitiva, e segundo a imagem de comunidade estabelecida pelo senso comum. Esse processo, normalmente, é turbulento e instável para todos. No caso das ocupações urbanas, o sentimento de comunidade é continuamente confrontado com o sentimento real de não propriedade da terra e com a possível e iminente expulsão do território.

Essa percepção encontra no pensamento de Jean Luc-Nancy (2000) uma sintonia, quando ele propõe uma desconstrução da representação de comunidade – associada a imagens de fusão e identificação, substância e interioridade, com fortes referências religiosas –, usada insistentemente para legitimar “*revivals* comunitaristas” e “pretensas etnicidades”, em uma tentativa de retorno às comunidades pré-modernas, entendidas, por alguns, como configurações sociais mais puras e verdadeiras. Para o autor, as figuras de totalidade, unidade e universalidade sonhadas pelo ocidente e prometidas pela modernidade, se dissolveram.

Nas ocupações autoconstruídas, a construção coletiva da rede de esgoto e de outros equipamentos coletivos (creches, centros comunitários, bibliotecas, etc) funcionam, nessa perspectiva, como provocação ou convocação para um grupo de pessoas socialmente constituídas se unirem em torno de uma aposta comum, em busca de um sentimento de grupalidade e/ou de pertencimento, mesmo que transitório e em transformação.

É sabido que há um uso político para o termo “comunidade”, que, como mencionado, em situações de disputa ou festas precisam se autoneomear. Entretanto, para o entendimento da real dinâmica de todos os grupos sociais – e não apenas dos grupos socialmente mais pobres –, propõem-aqui o deslocamento da noção de comunidade para o conceito de *coletivos*, identificáveis a partir de processos de associações e composições, sempre provisórios, reforçando a proposta de superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Substituir o conceito de comunidade pelo de coletivo não é apenas uma mudança semântica, mas, sobretudo, uma mudança de estratégia de ação. Entender qualquer grupo social a partir de sua complexidade, em movimento constante, provoca, necessariamente, uma mudança de pressupostos na abordagem e intervenção espacial de qualquer ordem e escala.

Da solução de problemas à cartografia do espaço

A prática profissional dos arquitetos e urbanistas é, geralmente, associada à solução de problemas. A própria noção de planejamento e projeto, seja na escala do urbano, do edifício ou do objeto, ainda está vinculada aos conceitos de organização, funcionalidade e setorização, todos associados a critérios e referências pré-definidos. No caso de intervenções urbanas, lembramos que normalmente o trabalho se inicia com a elaboração de um “Relatório de Diagnóstico”, ou seja, com a suposição de que algo está “doente” e precisando de tratamento e remédios.

Considerando não haver certo e errado universal, não cabe mais esse tipo de intervenção. As várias maneiras que as pessoas encontram e decidem sobre a produção e apropriações do espaço não necessariamente estão erradas, precisando ser demolidas e substituídas por aquelas definidas pelas normas científicas. Nessa direção, Lazzarato lembra ao seu leitor que para Foucault e Deleuze uma das fortes questões da política está na *elaboração dos problemas*. Apresentá-los é o mesmo que “introduzir novos objetos e novos sujeitos dentro do espaço da política e de torná-los as balizas de uma polêmica e de uma luta” (LAZZARATO, 2014, p. 127).

Partindo do pressuposto de que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais e de que a explicitação de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que a antecedem, seria importante iniciar qualquer processo de intervenção urbanística e arquitetônica *problematizando os problemas*, como também as soluções que surgiam como “naturais”.

É comum se encontrar nas ocupações autoconstruídas demandas e soluções espaciais, tanto na ordem do individual, quanto do coletivo, que reproduzem, sem contestação ou crítica, as soluções dadas pelo mercado e naturalizadas pelo senso comum, como por exemplo, a demarcação de lotes individuais, a construção de muros e cercas altas nas ocupações; adoção de sistemas construtivos convencionais na construção das edificações; reprodução de detalhes decorativos nas fachadas e interiores das casas, etc. Entretanto, não se trata de impor soluções externas e desvinculadas dos saberes das pessoas envolvidas nas ações propostas, como também não se trata de adotar uma postura condescendente com as soluções locais, como se

elas guardassem uma verdade incontestável.

Arantes (2002) faz algumas reflexões sobre o papel do arquiteto nos movimentos sociais, cuja importância reside, principalmente, em seu conhecimento técnico. Entretanto, é também por meio desse conhecimento que pode surgir o controle e o domínio do saber acadêmico sobre o manual. Nesse dilema entre a condescendência e o autoritarismo, o limite é dado pelo *laço coletivo*, construído durante todo o processo de criação e tomada de decisões.

Sendo assim, o deslocamento proposto aqui vai da solução de problemas para o entendimento da prática arquitetônica como uma cartografia, que tanto possibilita a evidência de soluções engenhosas, quanto provoca a elaboração conjunta dos problemas a serem abordados, e não a mera resposta a algo definido como problema em instância exterior.

Da ideia de participação à ideia de fazer-junto

É recorrente encontrarmos em processos de negociação com os agentes do poder público o uso do termo “comprometimento”, referido aos envolvidos, associado à noção de “merecimento” ao apoio solicitado. Essa vinculação faz pensar que tal entendimento do conceito de participação está baseado na ideia de algo que se concede, idealizado e decidido anteriormente por outra instância, e, por isso, passível de controle.

Por outro lado, na medida em que se muda a percepção sobre a constituição e sobre o funcionamento dos grupos sociais – de um conceito associado à homogeneidade para outro relacionado à heterogeneidade e movimento –, não cabe presumir que a ideia de participação seja baseada em processos sem conflito.

Em atividades de campo acadêmicas, é comum o grande esforço de vários professores e alunos na mobilização dos moradores para a realização dos eventos, mas tal empenho não garante a presença de um número significativo de interessados. Mesmo quando se ultrapassa essa dificuldade e forma-se um grupo de pessoas entusiasmadas e dispostas, é comum surgirem novas barreiras para a construção de algo de fato coletivo.

Essas situações que envolvem o processo de participação em dinâmicas de traba-

lho fazem lembrar Roland Barthes, para quem *viver junto* pode estar associado a uma “aporia de uma partilha da distância”, ou *idiorritmia*, o que remete a todo grupo no qual o ritmo de cada um possa ter vez, em uma “tentativa de conciliar a vida coletiva e a liberdade de cada um, a solidão e a sociabilidade do grupo, a partir do uso do tempo” (BARTHES, 2003, p.13). Esse viver junto não se estabelece na homogeneidade, mas “permite várias modalidades de encontro, que se desregula e se engendra na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios” (BARTHES, 2003, p.13).

Mas a própria partilha traz em si uma ambiguidade, como esclarece Jacques Rancière (2012), na medida em que “significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões”(RANCIÈRE, 2012, p.7).

A “idiorritmia” implicaria, então, a participação e a distribuição, ou melhor, o compartilhamento. Por sua vez, pensar em termos de compartilhamento implica não haver um grupo responsável por dar informações e soluções, mas que elas deverão ser descobertas e construídas *no encontro* de saberes e percepções. Assim, se não há concessão de algo para alguém, o comprometimento de todos não se associa ao merecimento, mas ao envolvimento, vinculado ao desejo e ao posicionamento.

Inspirado nesse viver-junto, o deslocamento aqui proposto, da participação para o *fazer-junto*, supõe diálogos entre os envolvidos, nos quais haja efetivamente compartilhamento dos saberes, “apesar” e “a partir” – simultaneamente – das heterogeneidades e individualidades de cada um, em uma tentativa de se criar uma articulação entre os envolvidos.

Entretanto, esse encontro não se esgota na ordem da palavra. O discurso dos especialistas pode muitas vezes ser intimidador. É possível dizer que esse fazer-junto é algo, principalmente, da ordem dos gestos e dos atos, ou seja, é, antes de tudo, *corporal*, seja pela proximidade física, pela convivência ou pela intensidade do envolvimento afetivo.

Da informação à construção

Juntando todos os deslocamentos até agora propostos, chega-se a outro, que se refere à relação do projeto com sua execução e gestão, e que será denominado *pro-*

jeto-ação. Para que esse deslocamento seja possível, é preciso buscar a aproximação de duas temporalidades distintas, a do projeto relacionada com um tempo futuro, e a da execução, totalmente presentificada.

Essa disjunção temporal está relacionada aos preceitos capitalistas, cujo modo de produção das técnicas está baseado em um tempo linear, que busca a produtividade e a eficiência. E se, em vez de se tentar ajustar o funcionamento da obra ao funcionamento industrial, fossem desenvolvidos modelos flexíveis de gestão e de planejamento cujos pressupostos relativos à economia e eficiência levassem em consideração o passo e o compasso, tanto da cadência do canteiro, quanto da vida cotidiana dos moradores?

Para a dessacralização desse tempo eficiente, Boaventura de Sousa Santos propõe que seja feita uma “ampliação do presente”, sem a qual não acontecerá de fato uma *ecologia de saberes*. Em uma ótica ampliada e diversa da realidade, não é mais possível considerar a “redução da multiplicidade dos tempos ao tempo linear” (SOUSA SANTOS, 2002, p.243), importante apenas para a permanência da noção de progresso, baseada exclusivamente em uma razão tecnológica científica, motor dos modos de produção capitalista.

O tempo do projeto-ação não é funcional, nem puramente linear e cronológico. O projeto arquitetônico não acontece apenas antes da construção, separado por uma boa compatibilização entre ele e os demais projetos da obra. O tempo do projeto-ação é o do *ato em processo*, ou seja, de um planejamento flexível e aberto, atravessado constantemente pelos atos construtivos durante a execução e, posteriormente, pelas decisões dos moradores.

Em situações cujo parâmetro seja apenas o custo, possivelmente as horas despendidas por todas as pessoas envolvidas no processo são motivo para considerá-lo inviável. Entretanto, as referências para sua legitimação não devem se basear apenas em ganhos mensuráveis. Nesse tempo ampliado, o que importa, principalmente em construções coletivas, não é exclusivamente se chegar a um produto, mas agregar pessoas em torno de uma ação, na qual se busca interesses comuns. E quando há a participação do saber técnico nessas obras, o objetivo pode ser também que se promova o aprendizado de uma tecnologia alternativa àquelas oferecidas pelo mercado,

e ela que possa ser replicada em outras situações similares, coletivas ou individuais. Assim, o que deve predominar no canteiro do projeto-ação é a interação entre todos os envolvidos, movidos pela vibração de se construir algo coletivo.

Acredita-se também que a partir de todos os deslocamentos até agora propostos possa haver uma transformação da prática arquitetônica. Mas é preciso tentar responder ainda a uma última questão: se a transformação da prática arquitetônica implica uma transformação da prática acadêmica, quais seriam os deslocamentos pedagógicos para sua efetivação dentro da lógica universitária?

Da universidade à multiversidade

A dificuldade percebida no meio acadêmico em se vincular prática e teoria pode ser associada ao que Agamben traduz como “incapacidade de fazer e transmitir experiências”, “incapacidade de traduzir-se em experiência” (AGAMBEN, 2008, p.22). Citando Francis Bacon, ele localiza no projeto da ciência moderna a condenação da experiência ao terreno privilegiado do laboratório, cujo acesso se dá apenas pelo lume da verdade da razão, o que elimina o acaso, o descontínuo, o avesso. Em outra perspectiva, se o foco é ampliado, percebe-se que o lume não precisa ser acessado somente pela ciência ou pela consciência, poderemos valorizar o aprendizado que vem do acaso e do cotidiano. Experimentar, então, pode passar a ser o mesmo que vivenciar.

Boaventura também reforça o valor das soluções que associam conhecimento e ignorância, ao recorrer à *douta ignorância*, de Nicolau de Cusa, “um processo de conhecimento laborioso sobre as limitações do que sabemos” (SOUSA SANTOS, 2008, p.15). É possível arriscar dizer que se trata de um exercício de aprendizado no qual o saber não elimina as dúvidas, a memória não compete com o esquecimento, e no qual o apaziguamento e o espanto estão sempre juntos.

Vale lembrar os preceitos da extensão universitária, além de afirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, objetiva a “interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras XXVIII Encontro). Diante desse princípio, o papel do educador não é daquele que transfere conhecimento para o educando, visto ainda como aquele que nada sabe. No encontro entre saberes, há de se promover a

curiosidade epistemológica e fazer circular a crítica e a criatividade, como nos propõe Paulo Freire:

É que o preciso de aprender, em que historicamente descobrimos que era possível ensinar como tarefa não apenas embutida no aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. O que quero dizer é o seguinte: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender de tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do projeto (FREIRE, 1996, p.13).

Considerações Finais

Nesse artigo foi feita uma aproximação entre as práticas cotidianas cartografadas nas ocupações autoconstruídas com as maneiras de fazer conceituadas por De Certeau, buscando-se não uma idealização e uma romantização dessas práticas, mas um olhar mais positivo sobre elas, justamente para que sejam entendidas como ponto de partida de uma outra conduta de pesquisadores e técnicos em intervenções arquitetônicas e urbanísticas nos territórios socialmente vulneráveis. Nesse movimento, é inevitável que aflorem sempre novas inquietações, como por exemplo: como potencializar as práticas cotidianas no seu aspecto tático e não capitalizador e, ao mesmo tempo, promover geração de renda para os moradores reforçando os princípios de reciprocidade, distribuição e domesticidade? Como afirmar o princípio da autonomia freiriana convergindo para a construção de uma rede forte em torno de um objetivo comum? Sabemos que trata-se de um processo longo e sujeitos à muitas contradições e rupturas. Mas seguimos apostando nas tangências e nos encontros convergentes.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. 2008. *Infância e História. Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ARANTES, Pedro Fiori. 2002. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34.

BARTHES, Roland. 2003. *Como viver juntos: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos*. São Paulo: Martins Fontes.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

DE CERTEAU, Michel. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. 2000. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34.

FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão. 2012. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus. <https://www2.ufmg.br/proex/Documentos> Acesso em: 25/11/2016.

FREIRE, Paulo. 1996. *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

LAZZARATO, Maurizio. 2014. *Signos, Máquinas e Subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 edições.

NANCY, Jean-Luc. 2000. *La Comunidad Inoperante*. Disponível em: <https://monoskop.org/images/9/92/Nancy_Jean-Luc_La_comunidade_inoperante.pdf>. Acesso em: 10/01/2020

LOPES, Marcela Silviano Brandão. 2015. *Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; COELHO, Matheus; GUINHO, Luiza. 2019. Resíduos sólidos nas ocupações urbanas autoconstruídas: aproximações

entre práticas cotidianas e os princípios da sustentabilidade sociocultural. *Asociación de escuelas y facultades públicas de arquitectura de América del Sur*. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Galoá/Arquisur.

POLANYI, Karl. 2000. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus.

RANCIÈRE, Jacques. 2012. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34.

SOUSA SANTOS, Boaventura. 2008. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80.

SOUSA SANTOS, Boaventura. 2002. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63.